



CIELO S.A. E CONTROLADAS

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 01.027.058/0001-91

www.cielo.com.br

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010

(Em milhares de reais - R\$)

Fluxo de Caixa	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		2011	2010	2011	2010
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		2.689.162	2.739.460	2.704.349	2.745.043
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social					
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	9 e 11	228.749	190.013	237.792	193.371
Constituição (reversão) de provisão para perdas com imobilizado e intangível		(1.108)	3.355	(1.108)	3.355
Custo principal de imobilizado e serviços relacionados a cartões de crédito e de débito, bem como outros meios de pagamento, no período	9 e 11	16.352	16.020	16.020	16.020
Opções de ações outorgadas	34	5.356	11.227	5.356	11.227
Perda com aluguel de equipamentos		28.850	18.781	28.850	18.781
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhista, líquida	18	147.572	100.164	151.263	99.627
Ajuste a valor presente do contas a receber	5	24.867	41.067	24.867	41.067
Participação dos minoritários		(9.707)	-	501	14.470
Equivalência patrimonial	8	(9.707)	(5.357)	-	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	31	1.327	-	1.327	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber operacional		(803.748)	(1.059.732)	(834.084)	(1.066.926)
Contas a receber de controlada		31	2.394	-	-
Impostos antecipados e a recuperar		(146)	(30)	(539)	(207)
Juros valores a receber (circulante e não circulante)		38.454	158.454	30.245	166.454
Depósitos judiciais	18	(129.972)	(121.018)	(133.601)	(120.965)
Despesas pagas antecipadamente		172	1.106	91	1.045
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Contas a pagar a estabelecimentos		463.077	482.137	463.077	482.137
Fornecedores		84.384	31.832	109.054	58.296
Impostos e contribuições a recolher		6.151	(30)	7.795	7.984
Contas a pagar a controlada		(14.891)	19.622	-	-
Outras obrigações (circulante e não circulante)		(19.680)	(143.116)	(13.939)	(144.671)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhista	18	(2.207)	(519)	(2.510)	(519)
Caixa proveniente das operações		2.753.049	2.488.584	2.795.443	2.520.637
Juros recebidos		1.596	9.716	1.596	9.716
Juros pagos		(9.716)	(9.716)	(9.716)	(9.716)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(993.543)	(1.009.866)	(963.653)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		1.759.506	1.524.529	1.785.577	1.556.984

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Aumento de capital em controladas	8	(93.101)	(41.650)	-	-
Aquisição de participação em controlada e "joint ventures"		-	-	(85.333)	(22.342)
Dividendos recebidos de controlada		2.836	-	-	-
Adições ao imobilizado e intangível		(265.413)	(261.960)	(273.560)	(288.700)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(355.678)	(303.610)	(358.893)	(311.042)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Ações em tesouraria	20.c)	-	(3.001)	-	(3.001)
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opções de ações	20.c)	17.964	3.406	17.964	3.406
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	20.f)	(1.402.336)	(1.510.024)	(1.402.336)	(1.510.024)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(1.384.372)	(1.509.619)	(1.384.372)	(1.509.619)

AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

		19.456	(288.700)	42.312	(263.677)
Saldo final		240.998	221.542	292.915	250.603
Saldo inicial		221.542	510.242	250.603	514.280

AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

		19.456	(288.700)	42.312	(263.677)
--	--	--------	-----------	--------	-----------

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cielo S.A. ("Sociedade" ou "Cielo") foi constituída em 23 de novembro de 1995 no Brasil e tem como objeto social a prestação de serviços correlatos, tais como o credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços, o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos e a coleta de dados e de processamento de transações eletrônicas e manuais.

A Cielo é uma sociedade por ações com sede em Barueri, São Paulo, cujas ações foram admitidas à negociação na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e suas controladoras integram os conglomerados Banco do Brasil e Bradesco.

Em 23 de janeiro de 2003, a Sociedade constituiu uma filial em Grand Cayman, Ilhas Britânicas Ocidentais (notas explicativas nº 24), com o propósito específico da realização no exterior de uma operação de securitização do fluxo de direitos creditórios denominados em moeda estrangeira (notas explicativas nº 6 e nº 24).

O contexto operacional das controladas e das controladas em conjunto é como segue:

Controladas diretas

- Servinet Serviços Ltda. ("Servinet")** - o objeto social da Servinet consiste na prestação de serviços de manutenção e contatos com estabelecimentos comerciais e estabelecimentos prestadores de serviços para a aceitação de cartões de crédito e de débito, bem como outros meios de pagamento, no desenvolvimento de atividades correlatas no setor de serviços julgadas de interesse da Servinet; e na participação em outras sociedades como sócia ou acionista.
- Servrede Serviços S.A. ("Servrede")** - tem como principal atividade a participação em outras sociedades como cotista ou acionista.
- CieloPar Participações Ltda. ("CieloPar")** - tem como objeto social a participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista.
- Companhia Brasileira de Soluções de Serviços ("Orizon")**, anteriormente denominada Orizon Brasil **Processamento de Informações de Saúde Ltda.** - o objeto social da Orizon consiste na consultoria e no processamento de informações para as empresas da área médica em geral; na gestão de serviços de suporte ("back office") para empresas operadoras de saúde em geral; na prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde e prestadores de serviços médicos e hospitalares (como hospitais, clínicas médicas e laboratórios) e quaisquer outros agentes do sistema de saúde suplementar e drogarias, em geral; na prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde e prestadores de serviços médicos e hospitalares (como hospitais, clínicas médicas e laboratórios) e quaisquer outros agentes do sistema de saúde suplementar e drogarias, em plataforma tecnológica única; na prestação de serviços de digitalização e automatização de processos, emissão de cartões, atendimento em "call center" e outras soluções; na prestação de serviços de leitura de informações de cartões e roteamento de transações não financeiras; na locação ou comercialização de leitoras de cartões, outros equipamentos e sistemas de informática utilizados na prestação de seus serviços, bem como na prestação de assistência técnica a referidos equipamentos; e na participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista.

- Prevsaúde Comercial de Produtos e de Benefícios de Farmácia Ltda. ("Prevsaúde")** - controlada da Orizon, tem como objeto social a prestação de serviços de benefício farmacêutico, voltados para o atendimento de clientes corporativos, planos de saúde, clientes públicos e grandes laboratórios. A Prevsaúde administra a relação dos funcionários de seus clientes com as farmácias, com os médicos e com a própria empresa contratante.
- Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda. ("Precisa")** - controlada da Orizon, tem como objeto social a comercialização de medicamentos em geral, com foco na prevenção e manutenção do estado de saúde, com o objetivo de entrega programada. A Precisa é uma "farmácia" voltada para atender aos clientes da Prevsaúde, com foco principal nos pacientes crônicos. Ela é responsável pela entrega de medicamentos de administração recorrente aos clientes da Prevsaúde com doenças crônicas, tais como diabetes, câncer e problemas cardíacos e de pressão, o que permite monitorar a entrega e o consumo do medicamento, aumentando a efetividade do tratamento.
- Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. ("Multidisplay")** - controlada da Servrede, tem como objeto social a prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou móvel, o desenvolvimento de programas de computador, o processamento de transações eletrônicas, a prestação de tecnologia, desenvolvimento e licenciamento de software; o comércio de produtos e a prestação de serviços tecnológicos; e a representação comercial.
- M4 Produtos e Serviços S.A. ("M4 Produtos")** - controlada da Multidisplay, tem como objeto social a prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa, telefonia celular, televisão pré-paga, transporte pré-pago e similares; a prestação de serviços de pagamento móvel e de serviços de consultoria em tecnologia; e o desenvolvimento e licenciamento de softwares.
- Agasap Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Agasap Soluções")** - controlada da CieloPar, tem como objeto social a prestação de serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões de crédito e de débito; a prestação de serviços de instalação e manutenção de soluções e meios eletrônicos para captura e processamento de dados relativos às transações decorrentes de uso de cartões de crédito e de débito; e a administração dos pagamentos e recebimentos com a rede de estabelecimentos credenciados, mediante captura, transmissão, processamento dos dados e liquidação das transações eletrônicas com cartões de crédito e de débito na modalidade de pagamentos móveis.
- Brasap Tecnologia em Pagamento Ltda. ("Brasap")** - controlada da CieloPar, tem como objeto social o desenvolvimento de programas de computador, o processamento de transações eletrônicas, a prestação de serviços de consultoria, serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet; a administração de cartões de crédito de terceiros; a obtenção, em nome e por conta dos titulares de cartões de crédito e dos estabelecimentos filiados, de financiamentos com instituições financeiras; e a concessão de aval ou fiança às partes integrantes do negócio de cartão de crédito.

A Cielo e suas controladas são também designadas como "Grupo" ao longo deste relatório.

Início do cenário bandeirante

Em virtude de mudanças, especificamente o setor de credenciamento, passou a viver um novo cenário competitivo a partir de julho de 2010, data a partir da qual as aquisições passaram a capturar e processar as transações das principais bandeiras de cartões. Essa mudança contemplou as recomendações sugeridas pelo grupo formado pelo Banco Central do Brasil - BACEN, pela Secretaria de Direito Econômico - SDE e pela Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Sociedade compreendem:

- As demonstrações financeiras individuais da Sociedade, que foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como "Controladora" - "BR GAAP".
- As demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade, as quais foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como "Consolidado" - "IFRS e BR GAAP".

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e em outras sociedades controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, foram apresentadas nas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Sociedade optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor, sendo demonstrados pelo custo, acrescido dos juros auferidos. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como empréstimos e recebíveis, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

2.5. Contas a receber dos bancos emissores e contas a pagar a estabelecimentos comerciais (transações)

Referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e de débito emitidos por instituições financeiras, sendo os saldos de contas a receber dos bancos emissores líquidos das taxas de intercâmbio e os saldos de contas a pagar a estabelecimentos deduzidos das taxas líquidas de administração (taxa de desconto); os prazos de recebimento dos emissores e de pagamento aos estabelecimentos são inferiores a um ano.

2.6. Imobilizado

O custo histórico, deduzido das respectivas depreciações. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados, no mínimo, anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Demais reparos e manutenções são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.7. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução de valor. A amortização é calculada pelo método linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Ativos intangíveis gerados internamente - gastos com pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos. O desenvolvimento de ativos intangíveis gerados internamente é registrado ao valor de custo, deduzido da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado quando da alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.8. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o Grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.9. Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Os custos relacionados à aquisição foram reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações nas controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. As participações nas controladoras que correspondem a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade no caso de liquidação são mensurados com base na parcela proporcional das participações nas controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis adquiridos.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais (identificadas a seguir como "BR GAAP"), a Sociedade aplica os requisitos da interpretação técnica ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Contábeis Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Sociedade no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante de participação da Sociedade no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas e o valor justo líquido dos ativos e passivos são mensurados utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas.

2.10. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa no momento da combinação de negócios.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em exercícios subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

2.11. Investimentos em controladas e controladas em conjunto ("joint ventures")

Controlada é a entidade, incluindo aquela não constituída sob a forma de sociedade tal como uma parceria, na qual a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e poder de eleger a maioria dos administradores da entidade, direta ou indireta. Quando a entidade não é controlada, mas os administradores de modo permanente ocorrem, presumidamente, quando a empresa investidora possui o controle acionário representado por mais de 50% do capital votante da outra sociedade. Nesse método, os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas das controladas indiretas são somados às posições contábeis consolidadas integralmente e o valor patrimonial da participação dos acionistas nas controladas é determinado pela aplicação do percentual de participação deles sobre o patrimônio líquido da controlada. "Joint ventures" são aquelas entidades nas quais o controle é exercido em conjunto pela Sociedade e por um ou mais sócios. Os investimentos em "joint ventures" são reconhecidos pelo método de consolidação proporcional, a partir da data em que o controle conjunto é adquirido. De acordo com esse método, os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas das "joint ventures" são somados às posições contábeis consolidadas, na proporção da participação do investidor em seu capital social. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as participações em entidades controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Quando uma empresa do Grupo realiza transações com suas controladas em conjunto, os lucros e prejuízos resultantes das transações são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo apenas na medida das participações do Grupo na controlada em conjunto não relacionadas a ele.

2.12. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente (por empresa do Grupo) com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas; entretanto, não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos revisa no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada período de relatório ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultam da forma na qual o ativo diferido, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

2.13. Benefícios a empregados

A Sociedade e suas controladas são copatrocinadoras de um plano de previdência privada com contribuições definidas. As contribuições são efetuadas com base em um percentual da remuneração dos colaboradores. Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

2.14. Ativos e passivos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) pelo valor justo através do resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros pelo valor justo através do resultado

Ativos financeiros são mensurados ao valor justo pelo resultado quando são mantidos para negociação ou, no momento do reconhecimento inicial, são designados pelo valor justo através do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando:

- É adquirido principalmente para o propósito de venda em prazo muito curto.
- É parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Sociedade administra em conjunto e que tenha um padrão recente real de lucros no curto prazo.
- É um derivativo que não é designado e efetivo como instrumento de "hedge" em uma contabilização de "hedge".

Um ativo financeiro que não seja mantido para negociação pode ser designado ao valor justo através de lucros e perdas no reconhecimento inicial quando:

- Essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência surgida em sua mensuração ou seu reconhecimento.
- For parte de um grupo administrado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, seu desempenho for avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou a estratégia de investimento documentada pela Sociedade e as respectivas informações forem fornecidas internamente com a mesma base.
- For parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitirem que o contrato combinado com um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através de lucros ou perdas.

Ativos financeiros pelo valor justo através do resultado são avaliados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado do exercício. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro.

Mantidos até o vencimento

Ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e datas de vencimento fixas e que a Sociedade tenha a intenção e habilidade de manter até o vencimento são classificados nessa categoria. Ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável ("impairment"). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva de juros.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros que têm pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo. São mensurados pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável ("impairment"). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto para os recebíveis de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros for imaterial.

Disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles que não são derivativos e que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados nas categorias apresentadas anteriormente.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária e a variação cambial, quando aplicável,



CIELO S.A. E CONTROLADAS

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 01.027.058/0001-91

www.cielo.com.br



- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (2) - substitui as partes da IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas que tratam das demonstrações financeiras consolidadas. A SIC-12 - Consolidação - Sociedades de Propósito Específico foi retirada com a emissão da IFRS 10. De acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle.
- IFRS 11 - Acordos de Participação - substitui a IAS 31 - Participações em "Joint Ventures" e aborda como um acordo de participação em que duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificado.
- IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades (2) - é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. De um modo geral, as exigências de divulgação de acordo com a IFRS 12 são mais abrangentes do que as normas atuais.
- IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo (2) - apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo. A norma define valor justo, apresenta uma estrutura de mensuração do valor justo e exige divulgações das mensurações do valor justo.
- Modificações à IAS 1 - Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente (3) - permitem apresentar o resultado e outro resultado abrangente em uma única demonstração ou em duas demonstrações separadas e consecutivas. No entanto, as modificações à IAS 1 exigem divulgações adicionais na seção de outro resultado abrangente de forma que os itens de outro resultado abrangente sejam agrupados em duas categorias: (a) itens que não serão reclassificados posteriormente no resultado; e (b) itens que serão reclassificados posteriormente no resultado de acordo com determinadas condições. O imposto de renda sobre os itens de outro resultado abrangente será destinado da mesma forma.
- IAS 19 (revisada em 2011) - Benefícios a Empregados (2) - alteram a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão.
- IAS 27 (revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas (2) - refletem modificações da contabilização de participação não controladora (minoritária) e tratam principalmente da contabilização de modificações de participações societárias em subsidiárias feitas posteriormente à obtenção do controle, da contabilização de perda de controle de subsidiárias e da alocação de lucro ou prejuízo a participações controladoras e não controladoras em uma subsidiária.
- IAS 28 (revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e "Joint Ventures" (2): As alterações introduzidas à IAS 28 tiveram como objetivo esclarecer: (i) que um investimento em uma associada deve ser tratado como um ativo único para efeitos dos testes de "impairment" de acordo com a IAS 36 - "Impairment" de Ativos; (ii) que qualquer perda por "impairment" a ser reconhecida não deverá ser alocada a ativos específicos (especificamente ao ativo); e (iii) que as reversões de "impairment" são registradas com um ajuste ao valor contábil da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente.
- (1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011.
- (2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
- (3) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2012.

A Administração avaliou as novas normas e, exceto quanto à aplicação da IFRS 10 e da IFRS 11, não espera efeitos significativos sobre os valores reportados. Com a adoção da IFRS 10 e da IFRS 11, é possível que a Sociedade não possa mais consolidar de forma proporcional algumas de suas controladas. No entanto, a Administração ainda não completou a análise detalhada do impacto da aplicação dessas normas e, por conseguinte, ainda não quantificou os possíveis efeitos nas demonstrações financeiras.

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas e controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Sociedade tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade as informações financeiras das controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição. O saldo dos resultados é atribuído aos proprietários da Sociedade e às participações não controladoras mesmo se essas participações apresentarem resultado negativo.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis aquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas contemplam os saldos das contas da Sociedade (controladora), das controladas diretas Servinet, Servrede e CieloPar (a partir de setembro de 2010), das controladas indiretas Multidisplay (a partir de agosto de 2010), M4 Produtos (a partir de agosto de 2010) e Braspag (a partir de 23 de maio de 2011) e proporcionalmente das "joint ventures" Orizon (a partir de 1º de janeiro de 2010), Prevsauê, Precisa e Paggo Soluções (a partir de 28 de fevereiro de 2011). Na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os saldos e as transações entre essas Sociedades.

Para as controladas, foi aplicado o conceito de consolidação integral, o qual trata dos investimentos em controladas para reconhecer a totalidade de seus ativos, passivos, receitas e despesas na controladora, tornando-se, assim, necessário o reconhecimento da participação dos acionistas não controladores. Os componentes de ativo, passivo, receitas e despesas das "joint ventures" Orizon, Prevsauê, Precisa e Paggo Soluções foram incluídos proporcionalmente à participação da controladora no capital social destas, considerando o controle compartilhado estabelecido através dos Acordos de Acionistas firmados entre a Sociedade e suas parceiras nessas "joint ventures", em que nenhuma das partes, sozinha, determina as políticas financeiras e operacionais.

A conversão para reais do balanço patrimonial da filial em Grand Cayman, preparado originalmente em dólares norte-americanos, foi efetuada com base nas taxas correntes do câmbio de fechamento nas datas dos balanços, e a do resultado com base nas taxas médias do câmbio de fechamento no encerramento de cada mês.

3.1. Controladas diretas (controle individual) e indiretas

A lista a seguir apresenta as participações nas subsidiárias consolidadas:

	Capital total		Participação - % Capital votante	
	2011	2010	2011	2010
Controladas diretas:				
Servinet	99,99	99,99	99,99	99,99
Servrede	99,99	99,99	99,99	99,99
CieloPar	99,99	99,99	99,99	99,99
Controladas indiretas:				
Multidisplay	50,10	50,10	50,10	50,10
M4 Produto	50,10	50,10	50,10	50,10
Braspag	100,00	-	100,00	-

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos e passivos das controladas diretas e indiretas e as principais rubricas da demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010:

	Servinet	Servrede	CieloPar	Multidisplay	M4 Produtos	Braspag
Ativo:						
Circulante	29.361	1.848	1	10.651	42.419	9.676
Não circulante	48.454	64.835	94.746	10.102	8.575	689
Total do ativo	77.815	66.683	94.747	20.753	50.994	10.365
Passivo:						
Circulante	23.857	27	-	8.877	41.251	8.852
Não circulante	31.795	29.801	5.605	-	5	16
Patrimônio líquido	22.163	27.810	89.142	11.876	9.738	1.497
Participação de minoritários	-	9.045	-	-	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido	77.815	66.683	94.747	20.753	50.994	10.365

	Servinet	Servrede	CieloPar	Multidisplay	M4 Produtos
Ativo:					
Circulante	19.360	38.058	1	7.258	30.773
Não circulante	43.061	75.616	-	6.860	3.612
Total do ativo	62.421	113.674	1	14.118	34.385
Passivo:					
Circulante	16.396	33.810	-	6.444	27.357
Não circulante	28.123	39.044	-	1.859	1.19
Patrimônio líquido	17.902	26.350	1	7.674	6.859
Participação de minoritários	-	14.470	-	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido	62.421	113.674	1	14.118	34.385

	Servinet	Servrede	CieloPar	Multidisplay	M4 Produtos	Braspag
Resultado:						
Receita líquida	102.457	-	-	81.174	37.385	6.073
Lucro (prejuízo) bruto	96.891	(4.872)	5.468	3.478	20.175	3.334
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	5.396	3.328	(3.959)	13.893	15.363	(82)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	6.307	3.494	(3.959)	13.922	16.053	92
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	4.261	4.296	(3.959)	13.202	11.339	(127)

	Servinet	Servrede	CieloPar	Multidisplay	M4 Produtos
Resultado:					
Receita líquida	68.040	-	-	22.889	9.593
Lucro bruto	60.768	5.247	-	1.859	4.201
Lucro operacional antes do resultado financeiro	3.498	3.787	-	3.482	3.871
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	4.198	3.759	-	3.434	2.893
Lucro líquido do exercício	2.807	2.299	-	3.124	2.742

3.2. "Joint ventures" (empresas com controle compartilhado)

As participações nas "joint ventures" incluem:

	Capital total		Participação - % Capital votante	
	2011	2010	2011	2010
"Joint ventures":				
Orizon	40,95	40,95	40,95	40,95
Prevsaúde	40,95	40,95	40,95	40,95
Precisa	40,95	40,95	40,95	40,95
Paggo Soluções	50,00	50,00	50,00	50,00

As informações financeiras condensadas das "joint ventures" foram consolidadas pelo método de consolidação proporcional, considerando o controle compartilhado do exercício através dos acordos de acionistas. A seguir estão demonstradas a totalidade dos saldos de ativos e passivos das "joint ventures":

	Orizon	Precisa	Prevsaúde	Paggo Soluções
Ativo:				
Circulante	57.207	20.909	2.404	10.348
Não circulante	56.846	680	321	92.951
Total do ativo	114.053	21.589	2.725	103.299
Passivo e patrimônio líquido:				
Circulante	7.929	8.595	2.014	5.251
Não circulante	1.545	2.954	47	-
Patrimônio líquido	104.579	10.040	664	98.048
Total do passivo e patrimônio líquido	114.053	21.589	2.725	103.299

	Orizon	Precisa	Prevsaúde	Paggo Soluções
Resultado:				
Receita líquida	60.510	75.514	8.181	47.989
Lucro (prejuízo) bruto	25.708	3.726	1.371	1.482
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	11.649	2.453	541	(18.656)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	15.866	1.905	422	(18.599)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	12.478	1.185	375	(18.599)

	Orizon	Precisa	Prevsaúde
Resultado:			
Receita líquida	51.124	48.943	8.509
Lucro bruto	17.925	860	2.196
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	4.153	449	(997)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	7.198	1.349	(1.363)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	4.472	(30)	(946)

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2011	2010	2011	2010
Caixa e bancos:				
Moeda nacional	1.489	1.607	6.257	4.456
Moeda estrangeira	15.453	11.643	15.453	11.643
Aplicações financeiras:				
Debêntures compromissadas (a)	207.508	128.586	223.296	131.948
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (a)	13.546	77.281	44.907	100.131
"Money Market Deposit Account" - MMDA (b)	3.002	2.425	3.002	2.425
Total	240.998	221.542	292.915	250.603

Os saldos da rubrica "Caixa e bancos" são constituídos por fundo fixo de caixa e valores disponíveis em contas bancárias no Brasil e no exterior, substancialmente representados por montantes depositados pelas instituições financeiras emissoras de cartões de crédito e de débito, sendo tais valores utilizados para a liquidação financeira das transações com os estabelecimentos comerciais.

As aplicações financeiras têm as seguintes características:

(a) Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, as aplicações financeiras em debêntures compromissadas e CDBs foram rentabilizadas, em média, a 101,8% e 101,3%, respectivamente, do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

(b) Os recursos aplicados no exterior (Nova York - EUA) em MMDA são rentabilizados a uma taxa prefixada de 0,25% ao ano.

As aplicações financeiras mencionadas têm liquidez imediata e seus valores de mercado não diferem dos valores contabilizados.

O efeito das Mudanças nas taxas cambiais sobre os valores disponíveis em contas bancárias no exterior não é relevante nas demonstrações financeiras da Sociedade.

5. CONTAS A RECEBER OPERACIONAIS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2011	2010	2011	2010
Antecipação de recebíveis (a)	2.924.791	2.178.161	2.924.791	2.178.161
Trava de domicílio bancário (b)	5.165	2.902	5.165	2.902
Serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde (c)	-	-	6.857	5.624
Serviço de captura e processamento de cartões de vale-refeição e vale-transporte (d)	4.769	3.799	4.769	3.799
Contas a receber de serviços de "mobile payment" (e)	-	-	38.276	11.743
Contestações de portadores de cartões de crédito - "Chargeback" (f)	34.956	234	34.956	234
Outras contas a receber	2.115	7.819	4.685	7.819
Total	2.971.796	2.192.915	3.019.499	2.210.282

(a) Em 31 de dezembro de 2011, o saldo corresponde às operações de antecipação de recebíveis realizadas que serão recebidas dos bancos emissores em até 360 dias da data de antecipação aos estabelecimentos comerciais.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2011, o referido montante está líquido do ajuste a valor presente resultante da antecipação financeira realizada antecipadamente na data da liberação do numerário, no total de R\$100.900 (R\$76.033 em 2010), visto que está relacionado à antecipação de recebíveis por vendas a crédito parcelado, cujo vencimento original ocorreria após as datas dos balanços.

(b) A Sociedade oferece aos bancos emissores o serviço de trava de domicílio bancário mediante autorização prévia do estabelecimento comercial para bloquear qualquer transferência de recebíveis desse estabelecimento para outro banco. Por esse serviço, a Sociedade recebe comissão, que é liquidada no mês subsequente à solicitação da trava de domicílio bancário pelos bancos emissores.

(c) Contas a receber da controlada em conjunto Orizon decorrentes da prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica, em plataforma tecnológica única, objetivando a troca de informações entre as operadoras de saúde e os prestadores de serviços médicos e hospitalares e quaisquer outros agentes do sistema de saúde suplementar e drogarias.

(d) Contas a receber da Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS decorrentes da prestação de serviços de captura e processamento de cartões de vale-refeição e vale-transporte.

(e) Contas a receber referentes a serviços de pagamentos eletrônicos realizados pelas controladas M4 Produtos e Multidisplay através de aparelhos celulares e venda de créditos telefônicos com cartões de crédito e débito.

(f) Corresponde substancialmente a saldos a receber de contestação de portadores de cartão de crédito. A despesa com perdas de "chargeback" no período findo em 31 de dezembro de 2011 totalizam R\$4.289 (R\$587 em 2010).

O saldo da rubrica "Contas a receber operacional", por período de vencimento, está apresentado a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2011	2010	2011	2010
A vencer	2.936.840	2.192.681	2.984.543	2.210.048
Vencendo até 45 dias	34.956	234	34.956	234
Total	2.971.796	2.192.915	3.019.499	2.210.282

6. DIREITOS A RECEBER - SECURITIZAÇÃO NO EXTERIOR

Referem-se aos direitos a receber do Banco Bradesco S.A. e do Banco do Brasil S.A., contratados em julho de 2003, no montante de US\$500 milhões, dividido em US\$100 milhões e US\$400 milhões, respectivamente, com taxas de juros de 4,777% e 5,911% ao ano e prazo de vencimento de oito anos com atualizações trimestrais e carência de dois anos.

Em 31 de dezembro de 2011 não há saldo de principal e juros a receber do Banco Bradesco S.A. e do Banco do Brasil S.A., considerando que a operação de securitização de recebíveis no exterior foi liquidada durante o primeiro semestre de 2011.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões temporariamente indutíveis e estão classificados no ativo não circulante.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuídos às diferenças temporárias da base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

A composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos é como segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2011	2010	2011	2010
Diferenças temporárias:				
Provisão para imposto de renda	213.241	165.934	224.044	175.496
Provisão para despesas diversas	85.740	52.075	86.357	52.405
Ajuste a valor presente do contas a receber de antecipação de recebíveis	34.408	25.953	34.408	25.953
Provisão para perdas com equipamentos POS	1.053	1.362	1.053	1.362
Total	334.442	245.324	345.862	255.216

O saldo de imposto de renda e contribuição diferidos passivos refere-se aos efeitos da adoção do CPC 15 - Combinação de Negócios quando da aquisição da controlada M4U (veja nota explicativa nº 10).

8. INVESTIMENTOS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2011	2010	2011	2010
Em controladas	-	-	139.115	44.253
Em controladas em conjunto	-	-	36.945	31.835
Total	-	-	176.060	76.088

	Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) do exercício		Participação - %		Equivalência patrimonial		Investimentos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Servinet	22.163	17.902	4.261	2.807	99,99	99,99	4.261	2.807	22.163	17.902
Servrede	27.810	26.350	4.296	719	99,99	99,99	4.296	719	27.810	26.350
Orizon (a) e (b)	104.579	92.101	12.478	4.472	40,95	40,95	5.109	1.831	36.945	31.835
Cielo Par	89.142	1	(3.959)	-	99,99	99,99	(3.959)	-	89.142	1
Total	214.154	116.354	20.514	7.997	9,97	9,97	5.357	176.060	76.088	1

Controladas em conjunto



CIELO S.A. E CONTROLADAS

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 01.027.058/0001-91



Continuação

www.cielo.com.br

Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	01/01/10	Adições/transferências	Baixas	Amortizações	Acevo líquido incorporado (*)
Software	27.806	7.122	(88)	(13.077)	23.247
Desenvolvimento de projetos	13.478	9.622	-	(13.045)	20.055
Acordo de não competição	-	15.197	-	(439)	14.758
Contratos de serviços	-	17.810	-	(364)	17.446
Total	41.284	49.751	(88)	(16.925)	1.484

(*) Acevo líquido incorporado refere-se aos ativos intangíveis na aquisição das empresas Paggo Soluções e Braspar contidas no exercício de 2011, líquidos dos ajustes de alocação do preço de compra, conforme requerimento do CPC 15 - Combinação de Negócios.

As despesas com amortização de intangível foram registradas na rubrica "Despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado.

12. TRANSAÇÕES PENDENTES DE REPASSE

Os valores devidos pelos portadores de cartões de crédito por intermédio dos bancos emissores e os valores a serem repassados aos estabelecimentos comerciais estão registrados em contas de compensação. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os saldos correspondentes de repasses são:

Controladora (BRGAAP) e Consolidado (IFRS)					
	2011	2010		2011	2010
Saldo a pagar a estabelecimentos comerciais	39.227.878	27.885.371			
Antecipação de valores com bancos emissores (*)	545.721	375.417			
Saldo a receber de bancos emissores	(38.113.232)	(27.092.348)			
Total	1.660.367	1.168.440			

(*) A Sociedade realiza operações de antecipação de valores que os emissores de cartão de crédito têm a repassar à Sociedade.

Adicionalmente à prestação de serviços de repasse dos montantes transacionados nos cartões de crédito e débito entre os bancos emissores e os estabelecimentos comerciais, a Sociedade também garante aos estabelecimentos comerciais afiliados ao sistema que eles receberão de qualquer forma os repasses das transações de cartões de crédito e débito.

Conforme descrito na nota explicativa nº 27.b), a Sociedade dispõe de instrumento para mitigação de risco de crédito dos emissores de cartões, com o intuito de proteger-se quanto a eventual risco de "default" dessas instituições. Com base no valor irrelevante de histórico de perdas da Sociedade em virtude de inadimplência dos emissores e atuais riscos de crédito dessas instituições, a Sociedade estima que o valor justo das garantias aos estabelecimentos comerciais não é relevante e, portanto, não é contabilizado como passivo.

13. CONTAS A PAGAR A ESTABELECIMENTOS

O montante de R\$1.660.367 em 31 de dezembro de 2011 (R\$1.168.440 em 2010) corresponde à diferença entre os valores recebidos dos emissores de cartão referente às transações feitas pelos portadores de cartões e os montantes a serem repassados aos estabelecimentos comerciais. Da forma geral, o prazo de liquidação dos emissores de cartão de crédito para a Cielo é de 27 dias e o prazo médio de liquidação da Cielo junto aos estabelecimentos comerciais é de 30 dias. Portanto, esse saldo a pagar em 31 de dezembro de 2011 corresponde ao "float" de aproximadamente três dias.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
	2011	2010
Circulante	19.666	19.666
Não circulante	131.182	131.182
Total	150.848	150.848

Passivo circulante - Financiamento de equipamentos (Finame) TJLP + 2,73% a.a. 19.666

Passivo não circulante - Financiamento de equipamentos (Finame) TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo 131.182

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

	2011	2010
2013	61.723	49.340
2014	12.751	12.751
2015	12.751	12.751
2016	131.182	131.182

A Sociedade é beneficiária de uma linha de crédito com o BNDES relativa a operações de repasse de FINAME, um empréstimo destinado a financiar a aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, concedido pelo BNDES. O mencionado repasse ocorre por meio da concessão de crédito à Sociedade, gerando direitos de recebimento por parte da instituição financeira credenciada como agente financeiro, no caso, Banco do Brasil S.A. e Banco Safra S.A., que contratam com a Sociedade as referidas operações de financiamento.

Os contratos firmados têm como garantia a transferência da propriedade fiduciária dos bens adquiridos. Adicionalmente, a Sociedade fica obrigada a cumprir as disposições aplicáveis aos contratos do BNDES e condições gerais reguladoras das operações relativas ao Finame.

Não há cláusulas de "covenants" financeiros nos contratos firmados.

15. FORNECEDORES

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
	2011	2010
Fornecedores	80.754	59.115
Provisão para pagamento a fornecedores	149.505	86.760
Total	230.259	145.875

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
	2011	2010
Imposto de renda e contribuição social, líquidos de antecipações efetuadas	345.327	370.915
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	13.787	14.676
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	11.838	8.056
Imposto Sobre Serviços - ISS	6.286	5.994
Programa de Integração Social - PIS	3.568	5.688
Outros tributos a recolher	3.050	122
Total	385.914	405.351

17. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
	2011	2010
Passivo circulante:		
Contas a pagar - aquisição de controladas (b)	42.148	20.506
Provisão para despesas diversas	16.987	15.939
Participação dos colaboradores e diretores	37.118	34.796
Provisão para retenção de executivos (a)	12.324	-
Outros valores a pagar	8.607	1.851
Total	108.577	79.848

Passivo não circulante:

Contas a pagar - aquisição de controladas (b) 25.050

Provisão para retenção de executivos (a) 530

Total 5.452 25.580

(a) Refere-se substancialmente ao Plano de Retenção de Executivos, aprovado pelo Conselho de Administração em novembro de 2009, aplicável aos principais executivos da Sociedade, que considera resultados do negócio e permanência deles na Sociedade por um período de dois anos, sendo a despesa e respectivos passivos distribuídos ao longo do período de referência.

(b) Saldo remanescente a ser pago em conexão com a aquisição da MAU, condicionado ao cumprimento de determinadas metas de "performance" financeira, conforme mencionado na nota explicativa nº 10.

18. PROVISÃO PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

(a) Provisão para riscos

A Sociedade e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes e quanto às ações trabalhistas e cíveis, bem como na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso, como segue:

Controladora (BR GAAP)					
	31/12/10	Adições (a)	Baixas/ reversões (b)	Atualização monetária	Pagamentos
Fiscais	474.040	128.293	(257)	930	(228)
Cíveis	7.373	6.412	(3.342)	1.800	(1.517)
Trabalhistas	13.687	18.211	(4.733)	258	(462)
Total	495.100	152.916	(8.332)	2.988	(2.207)

Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	31/12/10	Adições (a)	Baixas/ reversões (b)	Atualização monetária	Pagamentos
Fiscais	496.683	125.368	(257)	930	(228)
Cíveis	7.373	12.017	(3.342)	1.800	(1.517)
Trabalhistas	19.577	23.199	(8.997)	327	(462)
Total	523.633	160.584	(12.596)	3.275	(2.510)

Controladora (BR GAAP)					
	01/01/10	Adições (a)	Baixas/ reversões (b)	Atualização monetária	Pagamentos
Fiscais	463.069	126.299	(28.915)	930	(87.053)
Cíveis	11.368	1.914	(6.889)	1.503	(519)
Trabalhistas	8.075	5.490	(228)	350	(13.687)
Total	482.508	133.703	(36.032)	2.493	(87.572)

Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	01/01/10	Adições (a)	Baixas/ reversões (b)	Atualização monetária	Pagamentos
Fiscais	484.446	134.243	(35.093)	930	(87.053)
Cíveis	11.368	1.914	(6.893)	1.503	(519)
Trabalhistas	15.764	6.326	(3.020)	507	(19.577)
Total	511.578	142.483	(45.522)	2.666	(87.572)

(a) Correspondem substancialmente ao complemento da provisão para riscos fiscais, referente a tributos com exigibilidade suspensa, registrada em contrapartida de "Impostos sobre serviços" e as demais adições à provisão para riscos foram registradas em contrapartida de "Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

(b) Substancialmente representadas pela reversão de provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas em virtude de prescrição, processos encerrados ou mudança na avaliação do risco de perda pelos assessores jurídicos da Sociedade e de suas controladas.

(c) Substancialmente representados pela liquidação em 2010 da ação movida pela Sociedade desde janeiro de 2003, que questionava judicialmente a maioria da alíquota de apuração do PIS para 1,65%. Esse pagamento foi realizado através do levantamento do respectivo depósito judicial pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em favor da Receita Federal do Brasil.

Processos cíveis

Referem-se substancialmente à cobrança de transações realizadas por meio do sistema da Sociedade que não foram repassadas aos estabelecimentos comerciais em virtude do descumprimento de cláusulas que compõem o contrato de afiliação, adicionadas de indenizações pelos prejuízos causados pelas transações não repassadas à época. Em 31 de dezembro de 2011, a provisão para perdas prováveis em ações cíveis é de R\$10.726 (Controladora) e R\$16.331 (Consolidado) e o saldo de depósito judicial é de R\$4.759 (Controladora) e R\$6.334 (Consolidado).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2011, existem ações cíveis públicas e inquéritos civis, geralmente movidos pelo Ministério Público ou por entidades de classe, cuja intenção é defender interesses coletivos (como direitos do consumidor e direitos trabalhistas). As decisões pronunciadas pela Justiça nessas causas podem conceder direito a grupos de pessoas (mesmo sem sua concordância). Em muitas situações, a definição do grupo que aproveitará uma eventual decisão favorável só é feita após a decisão final.

Processos trabalhistas

Referem-se a diversas demandas trabalhistas que, em 31 de dezembro de 2011, incluíam 247 ações trabalhistas contra a Cielo e 70 contra a Servinet, das quais 104 haviam sido movidas por ex-empregados.

As ações trabalhistas restantes, 213 no total, foram movidas por empregados de terceiros contratados, alguns dos quais pleiteando o reconhecimento de vínculo empregatício.

As ações trabalhistas, quando iniciadas, são consideradas como de probabilidade de perda possível. Somente após decisão do Tribunal elas são reclassificadas como de probabilidade de perda provável ou remota, dependendo do teor da decisão e considerando o histórico de perdas em ações similares. Em geral, as ações trabalhistas são referentes a equiparação salarial, horas extras, reflexo do bônus anual, enquadramento sindical, reconhecimento de vínculo, estabilidade decorrente de doença profissional e dano moral.

Em 31 de dezembro de 2011, a provisão para perdas prováveis em ações trabalhistas é de R\$26.961 (Controladora) e de R\$36.275 (Consolidado) e o saldo de depósito judicial é de R\$32 (Consolidado).

Processos tributários

Correspondem à divergência de interpretação em relação à autoridade fiscal, substancialmente quanto a:

• **Cofins - não cumulatividade** - a Sociedade e sua controlada Servinet, em fevereiro de 2004, impetraram mandado de segurança visando afiar a exigibilidade da Cofins nos moldes da Lei nº 10.833/03, que introduziu a sistemática de apuração pelo método não cumulativo à alíquota de 7,6%, e passaram a efetuar o depósito judicial dos valores apurados mensalmente. Como consequência, desde então a diferença entre o imposto devido calculado pela alíquota estabelecida pela sistemática cumulativa e pela não cumulativa vem sendo registrada como provisão para riscos. Os montantes não recolhidos desse tributo estão sendo depositados judicialmente. Em 31 de dezembro de 2011, o valor dessa provisão para riscos é de R\$57.256 (Controladora) e de R\$59.813 (Consolidado) e o saldo do depósito judicial é de R\$567.163 (Controladora) e de R\$588.360 (Consolidado). A ação encontra-se no Supremo Tribunal Federal aguardando julgamento.

• **Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM** - em 2007, a Sociedade sofreu auto de infração referente ao ano-calendário 2002, exercício 2003. A Receita Federal do Brasil alega a não apresentação do Pedido de Revisão de Ordem de Emissão de Incentivos Fiscais - PERP nos prazos requeridos e, assim, não reconhece a parcela do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRLJ destinado ao FINAM. Está sendo aguardada a distribuição do Recurso Voluntário para a Câmara do 1º Conselho de Contribuintes. Em 31 de dezembro de 2011, o valor da provisão para perdas prováveis em ações trabalhistas é de R\$1.892 (Consolidado).

• **PIS/PASEP MP nº 212/95** - em abril de 1997, a controlada Servinet obteve a liminar para desobrigação do recolhimento das contribuições destinadas ao PIS com base no faturamento. A União interps Recurso de Apelação e obteve decisão favorável. Em 26 de agosto de 2010, a controlada entrou com manifestação de prescrição da dívida na Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região/SP. Em 31 de dezembro de 2011, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$1.892 (Consolidado).

• **COS 2002** - em 2002, a Sociedade efetuou compensações de um terço do valor recolhido à título de COFINS, com a CSLL, amparada por mandado de segurança e liminar. A União interps Recurso de Apelação suspendendo as compensações, glossando os ajustes das obrigações acessórias. Em 2011, a Sociedade ingressou com medida cautelar junto à 2ª Vara Cível da Subseção Judiciária de Osasco/SP, o processo aguarda análise das autoridades. O valor da provisão para riscos constituída é de R\$11.297 (Controladora e Consolidado), e do depósito judicial é de R\$10.895 (Controladora e Consolidado).

A Sociedade e suas controladas ainda possuem outras divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais e, para isso, têm provisões para riscos constituídas em 31 de dezembro de 2011 nos montantes de R\$529 (Controladora) e de R\$503 (Consolidado). Para fazer frente a processos ajuizados como riscos possíveis e remotos pelos assessores jurídicos a Sociedade e suas controladas detêm depósito judicial no montante de R\$1.4.400 (Controladora) e de R\$17.184 (Consolidado).

A Administração da Sociedade e de suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que o efetivo desembolso de referidas provisões não ocorrerá antes de 31 de dezembro de 2016. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2011, a Sociedade e suas controladas possuem ações fiscais, cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perdas ajuizadas como possíveis por seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, como segue:

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
Fiscais	88.607	98.834
Cíveis	103.940	103.940
Trabalhistas	15.648	18.865
Total	208.195	221.639

Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Sociedade e suas controladas mantêm depósitos judiciais vinculados às provisões tributárias, trabalhistas e cíveis, os quais estão assim demonstrados:

Controladora (BR GAAP)					
	01/01/10	Adição	Baixa	31/12/10	Adição
Fiscais	430.881	135.528	(102.367)	464.042	128.416
Cíveis	2.399	3.773	(2.969)	3.203	2.215
Total	433.280	139.301	(105.336)	467.245	130.631

Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	01/01/10	Adição	Baixa	31/12/10	Adição
Fiscais	452.078	135.951	(102.433)	485.596	130.843
Cíveis e trabalhistas	3.214	4.425	(4.031)	3.608	3.429
Total	455.292	140.376	(106.464)	489.204	134.272

19. OBRIGAÇÕES A PAGAR - SECURITIZAÇÃO NO EXTERIOR

Referem-se à operação de securitização descrita nas notas explicativas nº 1 e nº 6, representando a obrigação de a Sociedade entregar os direitos creditórios denominados em moeda estrangeira gerados ou a serem gerados por ela contra a Visa International Service Association, decorrente, principalmente, de operações de compra de bens/serviços com cartões de crédito e de débito da bandeira VISA nos estabelecimentos comerciais brasileiros realizadas por pessoas físicas residentes e domiciliadas no exterior que foram objeto de contrato de cessão de fluxo futuro de direitos creditórios para a Brazilian Merchant Voucher Receivables Limited, sociedade de propósito específico constituída em Grand Cayman, que emitiu títulos no mercado internacional, lastreados nos recebíveis cedidos pela Sociedade.

A parcela registrada no passivo circulante em 31 de dezembro de 2010 foi liquidada no primeiro semestre de 2011.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2011 está representado por 545.913.520 ações ordinárias (1.364.783 ações ordinárias em 2010), todas subscritas e integralizadas.

De acordo com a nota explicativa nº 21.a), a quantidade de ações em circulação em 31 de dezembro de 2011 é de 544.529.228 (1.360.286.034 ações em 31 de dezembro de 2010).

O capital social poderá ser aumentado em até 2.400.000.000 de ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, competente para fixar o preço de emissão, as demais condições e os prazos de subscrição e de integralização de ações no limite do capital autorizado. Exceto nos casos descritos a seguir, os acionistas terão preferência para a subscrição de aumento de capital, sendo 30 dias corridos para o exercício desse direito contados a partir da publicação da ata do Conselho de Administração que deliberar o aumento. No limite do capital autorizado, a Sociedade pode outorgar opção de ação de compra ou subscrição de ações a seus administradores e empregados.

O Conselho de Administração poderá excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para o seu exercício, na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta, dentro do limite do capital autorizado. Ainda, o Conselho de Administração deverá dispor sobre as sobras não subscritas em aumento de capital, durante o prazo de exercício de preferência, determinando, antes da venda destas em bolsa de valores em benefício da Sociedade, o ratião, na proporção dos valores subscritos, entre os acionistas que tiverem manifestado, no boletim ou na lista de subscrição, interesse em subscrever as sobras.

Conforme ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 29 de abril de 2011, foi aprovado o aumento de capital social da Sociedade no montante de R\$163.835. Para efetivação do aumento de capital social foi utilizada a totalidade do saldo da reserva legal, no montante de R\$20.000, bem como o montante de R\$143.835, proveniente da reserva de orçamento de capital em 31 de dezembro de 2010.

b) Reserva de capital

Representa os custos com remuneração baseada em ações e os ágios nas subscrições de ações referentes às contribuições de capital por acionistas que ultrapassaram a importância destinada à formação do capital social.

O saldo da reserva de capital em 31 de dezembro de 2011 é de R\$88.888 (R\$83.532 em 31 de dezembro de 2010).

c) Ações em tesouraria

Em 23 de novembro de 2009, o Conselho de Administração da Sociedade, em consonância com as disposições do artigo 2º do Estatuto Social, do artigo 30 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 10/80, conforme alteração, e da Instrução CVM nº 358/02 e de suas alterações posteriores, aprovou a aquisição de até 6.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, de sua própria emissão, para cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria e, em especial, para atender ao exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Sociedade, sem redução de capital social, dentro do prazo de 180 dias a partir daquela data, com encerramento, portanto, no dia 21 de maio de 2010. Adicionalmente, essas aquisições de ações de emissão pela própria Sociedade estão limitadas ao saldo da conta "Reserva de capital" apurada durante o exercício social, observados os artigos 1º e 12 da Instrução CVM nº 10/80.

Cabe à Administração da Sociedade definir a oportunidade e a quantidade de ações a ser adquirida, dentro dos limites autorizados.

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	Ações	Valor
Saldo em 1º de janeiro de 2010	4.532.300	(69.228)
Recompra - maio de 2010	188.000	(3.001)
Exercício de opção de compra de ações:		
Julho de 2010	(91.265)	1.397
Agosto de 2010	(73.832)	1.130
Setembro de 2010	(6.956)	106
Outubro de 2010	(21.898)	335
Novembro de 2010	(8.800)	135
Dezembro de 2010	(19.783)	303
Saldo final em 31 de dezembro de 2010	4.497.766	(68.823)

Exercício de opção de compra de ações:

Saldo em 1º de janeiro de 2011 7.100

Março de 2011 4.999

Abril de 2011 10.966

Saldo de ações em tesouraria antes da bonificação 4.474.701

Aumento das ações em tesouraria em decorrência da bonificação 894.940



CIELO S.A. E CONTROLADAS

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 01.027.058/0001-91



Continuação

www.cielo.com.br

- Trava de domicílio bancário
- É decorrente de contratos de prestação de serviços de trava de domicílio bancário firmados com vários bancos, cujo serviço consiste em assegurar aos bancos a trava do domicílio bancário dos estabelecimentos credenciados que venham a efetuar operações financeiras com eles. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais bancos domicílio.
- Escrituração de ações da Cielo
- Contrato de prestação de serviços de escrituração de ações da Cielo firmado com o Banco Bradesco S.A., pelo qual este presta serviços de escrituração de ações e de agente emissor de certificados de ações de emissão da Sociedade.
- Serviços operacionais - programa de emissão de ações
- Contrato que consiste na prestação de serviços operacionais para o programa de opções de ações ("stock options") e respectivos outorgas firmado com a Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.
- Outros contratos pulverizados
- Além dos saldos registrados, a Sociedade mantém outros serviços contratados com os principais acionistas, a saber:
 - Serviços de "Cash Management".
 - Seguros contratados.
 - Serviços de previdência complementar.
 - Cartão de crédito corporativo.
 - Garantias internacionais.
 - Serviço de pagamento a fornecedores.

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A seguir está demonstrada a reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e da contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2011	2010	2011	2010
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	2.689.162	2.739.460	2.704.349	2.745.043
Alíquotas vigentes - %	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(914.315)	(931.416)	(919.479)	(933.315)
Reajuste real dos juros sobre o capital próprio	10.770	11.280	10.770	11.280
Incentivos fiscais (a)	20.542	16.600	20.542	16.600
Efeito sobre diferenças permanentes, líquidas (b)	4.168	(6.590)	733	(8.694)
Imposto de renda e contribuição social	(878.835)	(910.126)	(887.443)	(914.129)
Correntes	(967.953)	(945.450)	(978.080)	(947.310)
Diferidos	89.118	35.324	90.646	33.181
(a) Correspondem a incentivos fiscais relacionados à Lei Rouanet, Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, Programa de Amparo ao Trabalhador - PAT e Lei do Esporte.				
(b) Representado substancialmente por provisões para riscos e resultado de equivalência patrimonial, indutíveis na apuração do lucro real e da base negativa da contribuição social.				

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Sociedade e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Sociedade e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

Os ativos e passivos financeiros da Sociedade e de suas controladas são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber operacional, depósitos judiciais, e contas a pagar a estabelecimentos e fornecedores. Em 31 de dezembro de 2011, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	240.998	240.998	292.915	292.915
Contas a receber operacional	2.971.796	2.971.796	3.019.499	3.019.499
Contas a receber de controladas	134	134	-	-
Depósitos judiciais	597.217	597.217	622.805	622.805
Fornecedores	230.259	230.259	289.815	289.815
Contas a pagar a estabelecimentos	1.660.367	1.660.367	1.660.367	1.660.367
Contas a pagar a controlada	11.055	11.055	-	-
Contas a pagar - aquisição de controlada	-	-	25.050	25.050
Empréstimos e financiamentos	150.848	150.848	150.848	150.848

O valor de mercado dos ativos financeiros e dos financiamentos de curto e longo prazos, quando aplicável, foi determinado utilizando taxas de juros correntes disponíveis para operações remanescentes, com condições e vencimentos similares.

b) Risco de crédito

A Sociedade dispõe de instrumento para mitigação de risco de crédito dos bancos emissores dos cartões bandeira VISA, com o intuito de proteger-se de eventual risco de "default" dessas instituições. Esse instrumento de proteção está respaldado na obrigação assumida pela bandeira VISA, conforme estabelecido no regulamento internacional, em garantir o repasse aos estabelecimentos afiliados à Sociedade de todas as vendas realizadas com os cartões VISA nas respectivas datas de vencimento, caso ocorra inadimplência de um determinado emissor. O modelo de garantia implementado pela bandeira VISA, em conjunto com a Sociedade, prevê a solicitação de garantias (reais ou bancárias) considerando o risco de crédito do emissor, os volumes das vendas realizadas com os cartões VISA e o risco residual da inadimplência dos portadores de cartões. O fornecimento das garantias é obrigatório para todos os emissores classificados com risco de crédito e os valores são revisados periodicamente pela bandeira VISA e pela Sociedade. Caso não sejam oferecidas as garantias solicitadas, o emissor não é aceito como membro do sistema ou perde essa condição. A partir de 1º de julho de 2010 a Sociedade também passou a ser credenciadora no Brasil para a bandeira MASTERCARD, sendo o risco de crédito dos bancos emissores desses cartões garantido pela própria bandeira em caso de inadimplência desses bancos emissores para com a Sociedade. A bandeira MASTERCARD estabelece a necessidade de garantias, reais ou bancárias, para os bancos emissores participantes do sistema. Caso não sejam oferecidas as garantias solicitadas, o emissor não é aceito como membro do sistema ou perde essa condição. Os sistemas das bandeiras também preveem a possibilidade de que as transações efetuadas com cartões de crédito sejam contestadas pelos respectivos portadores, dentro de determinados prazos, contados da data de processamento da transação. Para tanto, a Sociedade firma contrato de afiliação com todos os estabelecimentos comerciais credenciados no qual estão definidas todas as regras para aceitação dos cartões no ponto de venda. Se ocorrerem contestações pelos portadores e o estabelecimento não mais estiver credenciado na data da reclamação ou não tiver valores a receber da Sociedade, será efetuada cobrança por meio de débito em conta corrente ou escritórios especializados na recuperação de créditos, existindo a possibilidade de perdas para a Sociedade. Aos estabelecimentos credenciados que não mantêm sistemas próprios para a captura eletrônica de transações a Sociedade disponibiliza, mediante contrato de locação, o equipamento POS. O valor do aluguel é descontado, no seu vencimento, do montante das transações liquidadas pelos estabelecimentos. Entretanto, há a possibilidade de não recebimento do valor do aluguel na data de vencimento em razão da inexistência de saldos a serem pagos aos estabelecimentos. Nesses casos, a Sociedade faz a gestão da cobrança desses valores por meio de débito de vendas futuras, conta corrente ou recuperação através de escritórios especializados na recuperação de créditos, podendo haver perdas dos valores de aluguel.

c) Risco de fraude

A Sociedade utiliza um sofisticado sistema antifraude no monitoramento das transações efetuadas com cartões de crédito e de débito, que aponta e identifica transações suspeitas de fraude no momento da autorização e envia um alerta ao banco emissor do cartão para que este contate o portador do cartão.

d) Risco de taxa de câmbio

A Sociedade dispõe de operação de proteção contra oscilação de moedas, que consiste na pré-venda dos dólares norte-americanos a receber convertidos pela mesma taxa de câmbio utilizadas pelas bandeiras, o que reduz significativamente eventuais riscos de exposição de oscilação da moeda. Não existem operações significativas em moeda estrangeira que possam causar variações relevantes no resultado da Sociedade, em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os demais ativos e passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano. Em 31 de dezembro de 2011, a exposição líquida ao risco da taxa de câmbio em milhares de dólares norte-americanos é como segue:

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
Ativo:		
Caixa e bancos	8.234	8.234
Aplicações financeiras	1.601	9.835
Passivo:		
Contas a pagar a estabelecimentos comerciais	(5.534)	(5.534)
Posição comprada de dólares norte-americanos	4.301	4.301

Diretoria Estatutária

Rômulo de Mello Dias - Presidente

Clovis Poggetti Junior

Eduardo Chedid Simões

Paulo Guzzo Neto

Roberto Menezes Dumani

Dilson Tadeu da Costa Ribeiro

Parecer do Conselho Fiscal

Marcio Hamilton Ferreira

Conselho de Administração

Alexandre Correa Abreu
Maria Izabel Gribel de Castro

José Mauricio Pereira Coelho
Raul Francisco Moreira

Parecer do Conselho Fiscal

*Aos Senhores Acionistas da Cielo S.A.

Os membros do Conselho Fiscal, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, acompanharam através de relatórios periódicos a gestão econômico-financeira da Cielo S.A., e por ocasião da reunião realizada na presente data, procederam ao exame das demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2011. Com base nos exames efetuados, os esclarecimentos prestados pela Administração e parecer emitido pelos auditores independentes da Deloitte Touche Tohmatsu concluíram que as referidas demonstrações financeiras, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentadas e recomendam sua aprovação pelos Senhores, quando da Assembleia Geral Ordinária.

Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, bem como, concordou com o relatório dos auditores independentes.

Barueri, 8 de fevereiro de 2012.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Cielo S.A. e Controladas
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cielo S.A. ("Sociedade"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

e) Risco de taxa de juros

Os resultados da Sociedade estão suscetíveis a variações significativas decorrentes das operações de aplicações financeiras contratadas a taxas de juros flutuantes. De acordo com suas políticas financeiras, a Sociedade vem aplicando seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

f) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Sociedade são afetados pelas variações na taxa de CDI e os empréstimos pela variação da TJLP. Em 31 de dezembro de 2011, estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de juros, haveria aumento ou redução das receitas (despesas), conforme segue:

	10%	25%	50%
Aplicações financeiras	2.938	7.345	14.691
Empréstimos e financiamento	(115)	(285)	(578)

g) Derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Sociedade não manteve operações com instrumentos financeiros na forma de derivativos.

h) Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	240.998	221.542	292.915	250.603
Contas a receber operacional	2.971.796	2.192.915	3.019.499	2.210.282
Contas a receber de controladas	134	165	-	-
Depósitos judiciais	597.217	467.245	622.805	489.204
Direitos a receber	-	42.983	-	42.983
Securitização no exterior	-	-	-	-
Total	3.810.145	2.924.850	3.935.219	2.993.072
Passivo				
Contas a pagar a estabelecimentos	1.660.367	1.168.440	1.660.367	1.168.440
Fornecedores	230.259	145.875	289.815	180.761
Contas a pagar a controlada	11.055	25.946	-	-
Obrigações a pagar - securitização no exterior	-	42.959	-	42.959
Contas a pagar - aquisição de controlada	-	-	25.050	25.050
Empréstimos e financiamentos	150.848	-	150.848	-
Total	2.052.529	1.383.220	2.126.080	1.417.210

28. COMPROMISSOS

A Sociedade tem com principais atividades os serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e de débito das bandeiras. Para viabilizar tais atividades, a Sociedade celebrou os seguintes contratos:

a) Contratos de aluguel

Em 31 de dezembro de 2011, com base nos contratos vigentes, os pagamentos anuais futuros estimados de aluguel são os seguintes:

Ano	2012	2013	2014
Total	5.019	5.421	5.855

A maioria dos contratos possui cláusula de multa rescisória, com caução de três aluguéis, podendo a devolução parcial ser negociada em cada caso.

b) Fornecedores de telecomunicações, tecnologia e logística

Em 31 de dezembro de 2011, com base nos contratos vigentes, os pagamentos futuros estimados de fornecedores de telecomunicações, tecnologia e logística são os seguintes:

Ano	2012	2013	2014
Total	520.885	562.555	607.560

Os contratos de captura e processamento de transações preveem multas rescisórias no valor total de R\$21.760. Os contratos de logística estão vigentes desde junho de 2007, com prazo mínimo de 12 meses, tendo como multa rescisória o valor de R\$10.170. Os contratos de telecomunicações não preveem multa rescisória.

c) Fianças bancárias

Em 31 de dezembro de 2011, com base nos contratos vigentes, as fianças bancárias contratadas apresentam a seguinte composição:

	Fixa	Variável (*)
Garantia para recarga pessoal e multioperadora (*)	400	400
(*) Caução cedida à controlada Multidisplay por instituições financeiras para garantir os pagamentos dos contratos com as operadoras de telefonia celular.	50.192	43.439

29. PARTICIPAÇÃO DE COLABORADORES E ADMINISTRADORES NO LUCRO

A Sociedade e suas controladas concedem participação nos lucros a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício social.

Os valores de participação dos colaboradores e administradores no lucro dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 foram registrados na rubrica "Despesas de pessoal" na demonstração do resultado e estão apresentados como segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2011	2010	2011	2010
Colaboradores	27.734	26.434	40.808	35.077
Diretores estatutários	9.384	8.362	9.384	8.362
Total	37.118	34.796	50.192	43.439

30. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E EXECUTIVOS

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, o presidente e os diretores estatutários.

	Fixa	Variável (*)	Total
Diretores estatutários	4.145	12.487	16.632
Conselho de Administração	1.042	-	1.042
Conselho Fiscal	309	-	309
Total	5.496	12.487	17.983

A remuneração global anual dos administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração) em 2011, fixada na Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2011, foi de R\$20.000. Para o Conselho Fiscal foi fixada remuneração de R\$309.

(*) Não contempla o plano de opções de compra de ações (conforme nota explicativa nº 34)

31. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2011	2010	2011	2010
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	26.313	25.410	29.381	27.073
Juros sobre postergação de recebíveis		3.037		3.037
Juros de securitização no exterior	1.596	10.395	1.596	10.395
Outras receitas financeiras	364	4.522	1.571	5.086
	28.273	43.364	32.548	45.591
Antecipação de recebíveis:				
Receita com antecipação de recebíveis (a)	611.534	402.946	611.534	402.946
Despesa de ajuste a valor presente (b)	(24.867)	(41.067)	(24.867)	(41.067)
	586.667	361.879	586.667	361.879
Variação cambial, líquida (c)	673	933	673	933
Despesas financeiras:				
Juros de securitização no exterior	(1.596)	(10.395)	(1.596)	(10.395)
Juros de mora e multas	(104)	(191)	(152)	(296)
Multas e juros de riscos	(2.826)	(2.645)	(3.155)	(2.687)
Antecipação do fluxo de recebíveis com emissores	(51.087)	(16.818)	(51.088)	(16.818)
Outras despesas financeiras	(9.820)	(3.485)	(10.264)	(3.785)
	(65.433)	(33.534)	(66.255)	(33.981)
Total	550.180	372.642	553.633	374.422

(a) A receita com antecipação de recebíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 é composta pela receita oriunda do volume das transações negociadas durante o exercício findo naquela.

(b) Conforme descrito na nota explicativa nº 5.(a), o ajuste a valor presente registrado nas demonstrações financeiras consolidadas foi calculado sobre as operações de antecipações de recebíveis. As seguintes premissas foram adotadas no referido cálculo:

- As taxas de juros utilizadas foram as mesmas contratadas nas operações de antecipação de recebíveis de clientes.
- Os cálculos foram efetuados individualmente, descontando-se os fluxos de caixa de cada um dos recebíveis registrados.

A Administração da Sociedade reconheceu o ajuste a valor presente do saldo de contas a receber em virtude da materialidade dos valores objeto do ajuste, das taxas de juros contratadas e dos prazos das operações.

Mensalmente, a Administração revisa as premissas mencionadas e as variações são consignadas ao resultado do exercício.

(c) Decorre basicamente dos valores recebidos em dólares norte-americanos da Visa International Service Association e da Mastercard Worldwide referentes a transações com cartões estrangeiros, de crédito e débito, da operação de securitização no exterior e de ganhos e perdas em contas originalmente registradas em moeda estrangeira, representadas por receita no montante de R\$1.730 (R\$1.242 em 2010) e despesa no montante de R\$1.057 (R\$309 em 2010).

32. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Estão representadas por:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	2011	2010	2011	2010
Multa por distrato com prestador de serviços (a)	(1.818)	(33.682)	(1.818)	(33.682)
Créditos de liquidação duvidosa (b)	(29.275)	(19.115)	(29.275)	(19.115)
Incentivo financeiro de prestador de serviços (c)	-	30.000	-	30.000
Perdas com fraudes e "chargeback"	(4.289)	(587)	(4.289)	(587)
Provisão (reversão) para riscos, líquido (d)	(28.560)	8.687	(32.460)	8.687
Diversas receitas operacionais	9.033	8.725	10.653	9.027
Total	(54.909)	(5.972)	(57.189)	(5.970)

(a) Em 31 de dezembro de 2010 refere-se à multa contratual estabelecida por distrato com prestador de serviços.

(b) Inclui a provisão e a perda efetiva com aluguel de equipamentos POS.

(c) Incentivo financeiro condicionado ao aumento de piso contratual com prestador de serviços.

33. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2011, a Sociedade mantém os seguintes contratos para cobertura de seguros:

Modalidade	Importância segurada
Responsabilidade civil e executivos	105.000
Riscos nomeados (incêndio, vendaval e fumaça, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, roubo e alagamento e inundação)	36.438
Lucros cessantes	11.177
Veículos	809

34. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Em 22 de setembro de 2008, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o plano de opção de compra de ações ordinárias de emissão da Sociedade. Esse plano foi ratificado pela Assembleia Geral Extraordinária de 1º de junho de 2009 e tem vigência de dez anos a partir da data da primeira outorga aos beneficiários.

Poderão ser outorgadas opções de compra de ações, de forma que a diluição do capital social não exceda, a qualquer tempo durante a vigência do plano, 0,3% ao ano. Os beneficiários do plano serão definidos anualmente ou em periodicidade julgada conveniente pelo Conselho de Administração.

Em reuniões do Conselho de Administração de 1º de julho de 2009, 23 de setembro de 2009, 6 de julho de 2010 e 22 de julho de 2011, foram aprovadas a primeira, segunda, terceira e quarta outorgas de opções de compra de ações ordinárias e/ou ações restritas, respectivamente, conforme demonstrado no quadro a seguir, não havendo a opção de liquidação das opções em caixa.